



XXVI ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES
VIII MOSTRA ACADÊMICA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

16 A 18 DE OUTUBRO DE 2018

Cidade Universitária - Caxias do Sul



GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Danuza Rodrigues dos Santos (Voluntário), Janaína Rigo Santin (Orientador(a))

Esta pesquisa tem como estudo principal a Democracia Participativa, no qual envolve de imediato o estudo do Orçamento Participativo e da Gestão Orçamentária Participativa. Desta forma, busca-se conhecer os principais aspectos do orçamento participativo, sua origem, sua implantação nos novos tempos da política brasileira, desde a restauração da democracia e a valorização dos cidadãos, com prescrições na Constituição Federal de 1988 que trouxe novos ares para a vida no país. Conforme dispõe o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) em seu artigo 44. “No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal”. Com o cidadão sendo valorizado em todas as áreas, não há mais espaço para administrações públicas impostas de cima para baixo. É preciso que o diálogo entre governantes e governados se afine, para que as soluções relacionadas à vida das comunidades e ao destino dos recursos públicos possam ser discutidas com aqueles que serão os primeiros beneficiados ou prejudicados, dependendo da forma com que os recursos públicos serão distribuídos, em especial nos municípios. Com a Gestão Orçamentária Participativa o Poder Executivo precisa realizar reuniões de audiência pública para verificar, com os cidadãos, quais são as suas reivindicações e sugestões, para um melhor direcionamento dos recursos públicos. Desta forma, promove a interação entre a população e os dirigentes municipais, o que pode resultar em uma distribuição mais equilibrada dos recursos públicos. Em seus principais elementos, destaca-se a participação democrática da população na elaboração do orçamento, uma valorização do cidadão. Sendo assim a Gestão Orçamentária Participativa prevista no Estatuto da Cidade é considerada técnica inovadora na gestão de recursos públicos municipais. Compatibiliza-se democracia participativa com democracia representativa, possibilitando-se a otimização da aplicação dos recursos públicos já que aproxima os governantes dos destinatários das políticas públicas.

Palavras-chave: Orçamento , Participativo e Democracia.

Apoio: UCS